



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## AGENDA DA JUSTIÇA CLIMÁTICA EM SÃO VICENTE: DESAFIOS NA GESTÃO LOCAL<sup>1</sup>

Gabriel Pires de Araújo<sup>1</sup>; Mayara de Souza Modesto<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, gabriel.pires.araujo@usp.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do ABC, mayara.modesto@aluno.ufabc.edu.br

**GT 05:** Aspectos críticos, oportunidades e desafios para o enfrentamento da crise climática.

### RESUMO

O trabalho analisa os desafios e avanços na inserção da agenda da justiça climática na gestão pública municipal, utilizando o município de São Vicente/SP como estudo de caso. Diante da vulnerabilidade socioclimática local e do racismo ambiental, o artigo investiga a experiência do projeto Coop Clima e do Comitê Intersecretarial de Justiça Climática. A pesquisa, de natureza qualitativa com observação participante e análise documental dos registros das reuniões, revela que a criação de arranjos multi-atores e o letramento climático são avanços importantes para superar a fragmentação institucional e promover a governança climática. Contudo, persiste o desafio de integrar as demandas das populações vulnerabilizadas nas políticas públicas, tendo em vista as barreiras burocráticas e o descompasso entre os tempos da política e a urgência climática. Conclui-se que a experiência de São Vicente oferece considerações relevantes sobre a formação de agendas em contextos de vulnerabilidade em municípios, destacando a necessidade de abordagens mais estruturais para a justiça climática.

**Palavras-chave:** Justiça Climática; Governança Urbana; Gestão Pública Municipal; Formação de Agenda; Políticas Públicas.

### Destaques (highlights)

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), projeto de pesquisa n. 2023/10280-2: Co-planejamento para justiça climática no município de São Vicente: desenvolvimento de ferramentas para tomada de decisão baseada no território com evidências científicas e comunitárias. O primeiro autor do presente trabalho foi financiado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. A segunda autora do trabalho realizou a pesquisa com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da concessão de bolsa de estudo de Mestrado.

1

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- O estudo em andamento no município de São Vicente/SP traz a especificidade de como enfrentar desafios urgentes relacionados às mudanças climáticas em cidades costeiras;
- A formação de comitês intersecretariais é fundamental para integrar a agenda climática e o conhecimento técnico-científico na gestão pública municipal tendo em vista a complexa operacionalização da Justiça Climática para a adaptação;
- O letramento climático e a colaboração multi-atores impulsionam uma governança climática justa;
- O maior desafio consiste na efetiva inclusão das demandas das populações vulnerabilizadas na gestão pública.

## INTRODUÇÃO

A crise climática se apresenta como um dos maiores desafios socioambientais atuais, com fenômenos extremos e impactos de larga escala que ameaçam a estabilidade dos sistemas naturais e humanos (IPCC, 2023). Todavia, a distribuição desses impactos é profundamente desigual, intensificando vulnerabilidades sociais e raciais preexistentes. Globalmente, e de forma particular no Brasil, as populações historicamente marginalizadas, como as comunidades de baixa renda, povos indígenas e quilombolas, sofrem desproporcionalmente as consequências desta crise, configurando-se o racismo ambiental, uma injustiça que se manifesta na exposição diferenciada a riscos e na exclusão de processos decisórios (Acselrad *et al.*, 2022; Ergene; Banerjee; Ergene, 2024). Diante desse cenário, a Justiça Climática surge como um movimento e campo de estudo que perpassa a mitigação e adaptação, buscando políticas e ações equitativas, participativas e transformadoras que abordem as raízes estruturais da desigualdade e as lógicas de poder subjacentes à vulnerabilidade climática (Sultana, 2021; 2022; Ergene; Banerjee; Ergene, 2024).

Apesar da urgência imposta pela crise climática e da evidência das injustiças ambientais, a efetivação da agenda da Justiça Climática na gestão pública representa um desafio multifacetado. Sua transversalidade exige a articulação de setores e saberes tradicionalmente fragmentados no planejamento urbano que historicamente subestima as dinâmicas socioambientais e a participação comunitária (Jacobi; Sulaiman, 2016; Jacobi, 2023; Aboagye; Sharifi, 2023). Além disso, estudo feito por Diezmartínez e Gianotti (2022, p. 1 tradução nossa) aponta que

“[...] pesquisas sugerem que poucas cidades incorporaram de forma significativa metas de equidade ou justiça em suas estratégias climáticas, a maioria das análises de planos climáticos urbanos concentra-se principalmente na adaptação e resiliência climáticas ou na sustentabilidade de forma mais ampla.”



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Este cenário se complexifica com a constatação de que falta uma visão abrangente sobre a integração de preocupações relacionadas à justiça na institucionalização do planejamento da ação climática urbana, o que por sua vez se traduz em dificuldades para a orientação de políticas para transições urbanas mais justas (Diezmartínez; Gianotti, 2022) que devem ser enfrentadas majoritariamente com esforços para uma redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência urbana de forma a não deixar ninguém para trás (Aboagye; Sharifi, 2023).

Nos municípios, as barreiras também são agravadas por fatores como a fragmentação setorial das secretarias, a competição por recursos orçamentários e, por vezes, a limitada capacidade institucional para compreender e atuar sobre um tema que demanda abordagens interdisciplinares e inovadoras (Wells; Fuenzalida, 2013). Além disso, o descompasso entre os prazos políticos (ciclos eleitorais e orçamentários) e a urgência da ação climática (Fleury; Miguel; Taddei, 2019) cria um ambiente desafiador para a construção e consolidação de políticas de longo prazo. É nesse contexto complexo que a formação de agenda para a Justiça Climática depende da confluência de múltiplos fatores e atores, em uma dinâmica nem sempre linear (Kingdon, 2006).

Tendo isso em vista, o município de São Vicente/SP se apresenta como um caso representativo para compreender os desafios e as oportunidades da inserção da agenda da Justiça Climática na gestão pública municipal. Como município costeiro da Baixada Santista, sua alta vulnerabilidade a eventos extremos e indicadores socioeconômicos que acentuam a fragilidade de suas comunidades (Araújo *et al.*, 2024) demandam respostas políticas que incorporem equidade e participação (Gutierrez; Ferreira, 2023; Araújo *et al.*, 2024; Di Giulio *et al.*, 2017). A motivação para a construção do Comitê Intersecretarial de São Vicente decorre da constatação na literatura das dificuldades inerentes à operacionalização de concepções transversais – como a Justiça Climática – nas políticas públicas, tornando essencial a criação de arranjos institucionais multissetoriais para a elaboração e implementação de ações (Barbi; Rei, 2021). Este artigo busca, portanto, analisar o processo de formação da agenda da Justiça Climática a partir da inserção do Projeto Coop Clima, identificando os avanços e os desafios enfrentados na construção na gestão pública do município de São Vicente/SP, e as perspectivas para a efetivação de políticas públicas mais justas e equitativas.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

## **METODOLOGIA**

O artigo adota uma abordagem qualitativa de estudo de caso único que tem como objeto a experiência do projeto Coop Clima e do Comitê Intersecretarial de Justiça Climática de São Vicente/SP, visando analisar os desafios e avanços da inserção da agenda da justiça climática na gestão pública municipal.

A natureza da participação dos autores no projeto Coop Clima e no Comitê Intersecretarial caracteriza a pesquisa como uma observação participante, permitindo a coleta de dados primários a partir do acompanhamento direto das dinâmicas, debates e processos decisórios. Essa imersão possibilitou a compreensão das complexidades envolvidas na interface entre o conhecimento técnico-científico e a prática da gestão pública, bem como as interações entre os diversos atores envolvidos (universidades, prefeitura, sociedade civil).

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental que incluiu o levantamento e exame de atas de reuniões do Comitê Intersecretarial de Justiça Climática, documentos internos do projeto Coop Clima (como relatórios de atividades e materiais de letramento climático), bem como marcos legais e instrumentos de planejamento do município de São Vicente. Além dos registros de campo, que consiste em notas e observações sistemáticas dos autores realizadas durante a participação nas reuniões e atividades do Coop Clima e do Comitê, com foco nas discussões sobre as vulnerabilidades de São Vicente, as propostas de ações climáticas e as percepções dos diferentes atores sobre a justiça climática.

Os dados foram analisados de forma a identificar os principais desafios, as oportunidades e os avanços relacionados à formação e implementação da agenda da justiça climática no município. A análise buscou evidenciar as interações entre os saberes, as práticas e as experiências no enfrentamento da emergência climática

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O município de São Vicente, localizado na Baixada Santista, litoral sul do estado de São Paulo, apresenta um território de alta vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. Na condição de município costeiro, se expõe diretamente a fenômenos como ressacas, inundações causadas por marés altas e chuvas intensas, e o avanço da linha costeira. Essas ameaças são agravadas por indicadores socioeconômicos que acentuam a fragilidade de suas populações, em que uma parcela significativa de seus habitantes reside em áreas de risco, como palafitas e



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

assentamentos em zonas de manguezal, com infraestrutura precária e limitado acesso a serviços básicos. A dependência econômica de atividades vulneráveis às mudanças climáticas junto aos índices de pobreza e desigualdade social, contribui para uma amplificação social do risco (Gutierrez; Ferreira, 2023). Este contexto de sobreposição de riscos ambientais e sociais torna necessária uma abordagem integrada e justa para as políticas climáticas locais (Araújo *et al.*, 2024; Di Giulio *et al.*, 2017).

O projeto “Co-planejamento para justiça climática no município de São Vicente: desenvolvimento de ferramentas para tomada de decisão baseada no território com evidências científicas e comunitárias” - Coop Clima, é uma iniciativa de cooperação entre universidades, a Prefeitura Municipal de São Vicente/SP e a sociedade civil, estando inserido no Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (PPPP - FAPESP). O projeto foi concebido para fornecer subsídios à construção de um plano de ação climática fundamentalmente pautado pelos princípios de justiça climática. A institucionalização do Comitê Intersecretarial de Justiça Climática de São Vicente se deu pelo Decreto nº 6.634/24 que, resultante dessa colaboração, representa um esforço para transpor as barreiras setoriais comumente visualizados da atuação da gestão pública por meio da integração da pauta na formulação de políticas.

A motivação da construção do Comitê Intersecretarial decorre da constatação na literatura de Justiça Climática acerca das dificuldades inerentes à operacionalização da concepção nas políticas públicas (Wells; Fuenzalida, 2013; Jacobi; Sulaiman, 2016; Barbi; Rei, 2021; Diezmartínez; Gianotti, 2022; Aboagy; Sharifi, 2023). Além disso, foi diagnosticado pela equipe acadêmica do projeto Coop Clima e parte da equipe da gestão pública municipal a necessidade de letramento climático com os servidores públicos das secretarias, tendo em vista o alinhamento conceitual acerca da temática e uma maior compreensão de como a questão climática - sob a ótica da Justiça Climática - se expressa na realidade do município. Com isso foi aplicado o curso de extensão universitária pela Universidade de São Paulo (USP) nominado “Letramento climático em São Vicente: co-construindo saberes para a Justiça Climática”<sup>2</sup> (Figura 1), ministrado por professores e pesquisadores da USP e da Universidade Estadual

<sup>2</sup> Mais detalhes sobre o curso “860400356 - Letramento climático em São Vicente: co-construindo saberes para a Justiça Climática” em: [https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterCurso?cod\\_curso=860400356&cod\\_edicao=24001&numseqofeedi=1](https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterCurso?cod_curso=860400356&cod_edicao=24001&numseqofeedi=1). Acesso em 07 jun. 2025.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Paulista (UNESP) que contou com a participação de 74 servidores integrantes de sete (7) secretarias estratégicas para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas, sendo elas: Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), Secretaria de Planejamento e Governança (SEPLAG), Secretaria de Gestão (SEGES), Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), Secretaria de Saúde (SESAU), e Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil.

Figura 1 - Imagem do curso de extensão aplicado para os servidores de São Vicente - SP



Fonte: Autores, 2024.

A criação do Comitê Intersecretarial reflete uma janela de oportunidade (Kingdon, 2006) que se abriu para a inclusão de uma nova ideia na agenda municipal, facilitada pelo convênio entre a academia e o poder público. Esse arranjo multi-atores é fundamental para a governança climática local, permitindo a articulação de diferentes saberes e a promoção de uma abordagem mais integrada (Jacobi; Sulaiman, 2016). Conforme apontam Barbi e Rei (2021), a criação de fóruns e comitês de mudanças climáticas no nível municipal é uma estratégia

6

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

consolidada para auxiliar na elaboração e implementação de políticas específicas, promovendo a necessária articulação entre diversas secretarias, iniciativa privada, instituições de ensino e pesquisa e o terceiro setor. A presença constante de representantes de diferentes secretarias juntamente com membros da academia, demonstra a operacionalização desse arranjo multissetorial, buscando integrar as diversas dimensões da política climática.

O letramento climático foi o ponto de partida para esse avanço. Ao capacitar servidores e sensibilizar diferentes atores, buscou-se romper com a fragmentação setorial e as percepções restritas sobre a emergência climática (Fleury; Miguel; Taddei, 2019). Os registros mostram um empenho contínuo nesse trabalho com discussões, como por exemplo, sobre a co-construção de protocolos para ondas de calor e enchentes com secretarias envolvidas, e o planejamento de cursos de letramento climático para professores e demais servidores da prefeitura. A apresentação de relatórios sobre o letramento climático e a menção de módulos para servidores são indicativos da priorização dessa ação, visando construir uma base comum de conhecimento e linguagem para a pauta da justiça climática. A própria formação do Comitê é uma materialização desse esforço de integração, buscando promover as interfaces entre ciência e política necessárias para a efetivação das estratégias de adaptação às mudanças climáticas (Wells; Fuenzalida, 2013). A visita a núcleos de pesquisa e as discussões sobre mapas de riscos atualizados do município ilustram a busca ativa por uma base científica para o estreitamento do diálogo entre cientistas, pesquisadores e gestores públicos, crucial ao desenvolvimento de estratégias de adaptação baseadas em conhecimento técnico-científico detalhado e em projeções climáticas locais (Barbi; Rei, 2021).

Apesar dos avanços descritos, a experiência de São Vicente apresenta desafios consideráveis, principalmente no que se refere à efetiva inserção das demandas e prioridades das populações vulnerabilizadas na lógica e nos instrumentos da gestão pública. O processo de tradução dessas demandas para os "tempos" e "regramentos" da pesquisa acadêmica e, sobretudo, da política institucional, é complexo. Observa-se que, mesmo com a boa vontade e o engajamento dos atores envolvidos, as estruturas burocráticas e os ciclos de planejamento político podem impor limites à agilidade e à profundidade da resposta necessária à emergência climática.

A participação efetiva, que vai além da consulta e se expressa em poder de decisão e co-produção de conhecimento, ainda é um obstáculo. As discussões registradas nas reuniões do



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Comitê revelam preocupações com os "prazos muito curtos" para as etapas de participação social na formulação da política climática, e a necessidade de um "maior tempo de dedicação para que seja uma participação deliberativa e não apenas consultiva". A busca por vias de engajamento mais diretas, como a proposta de apresentações do Coop Clima em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), demonstra a presença desse desafio. A percepção da emergência climática, embora crescente, pode não se manifestar diretamente em uma mudança paradigmática na alocação de recursos ou na priorização de ações que enfrentam as raízes do racismo ambiental (Achselrad *et al.*, 2022), o que denota a relevância das discussões levantadas no âmbito do Comitê Intersecretarial que, muito estimulado pela participação dos acadêmicos do projeto, aponta a essencialidade da participação social e da priorização dos vulnerabilizados para a efetivação da concepção de Justiça Climática na localidade.

O cenário presente aponta para os limites da adaptação quando esta não é realizada de forma justa, podendo levar a experiências de má-adaptação se as vozes e as necessidades dos mais afetados não forem devidamente consideradas. A interação entre os saberes e práticas das comunidades e o conhecimento técnico-científico, embora valorizada, ainda enfrenta obstáculos na sua integração de forma ampla nos planos e estratégias. O desafio consiste em ir além do letramento e da formalização em comitês, para garantir que a agenda da Justiça Climática se torne uma prática cotidiana e abrangente na gestão pública, e assim responda às necessidades e prioridades dos que mais sofrem com as consequências da crise climática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou os desafios e os avanços na inserção da agenda da Justiça Climática na gestão pública do município de São Vicente/SP, a partir da experiência do projeto Coop Clima e do Comitê Intersecretarial de Justiça Climática. Os achados demonstram que, embora a crise climática imponha impactos desproporcionais às populações vulnerabilizadas, evidenciando o racismo ambiental e a urgência da Justiça Climática, a sua efetiva institucionalização em nível municipal é um processo complexo, mas possível.

A experiência de São Vicente demonstra a importância de arranjos de governança multiatores, possibilitada com a presença de membros do Coop Clima e a instituição e atuação do Comitê Intersecretarial, para a construção de uma agenda climática mais justa e transversal. O letramento climático e a criação de espaços formais de discussão entre diferentes secretarias e

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

a sociedade civil foram de grande importância para a superação de barreiras iniciais de fragmentação institucional e percepção limitada do tema, um avanço na trajetória de institucionalização da pauta indicando a abertura de uma janela de oportunidade para a sua consolidação na gestão local.

No entanto, a pesquisa também revelou desafios persistentes, sobretudo em relação à tradução das demandas das populações vulnerabilizadas para as lógicas e os prazos da gestão pública. A lacuna entre a urgência imposta pela emergência climática e os ciclos burocráticos e políticos continua a ser um obstáculo representativo para a implementação de ações que combatam o racismo ambiental e garantam a participação efetiva. Esse descompasso pode, inclusive, comprometer a resiliência e a adaptação do município, com o risco de perpetuar injustiças se as vozes mais afetadas não forem centralizadas nas decisões.

A experiência do Coop Clima e do Comitê Intersecretarial de Justiça Climática em São Vicente representa um estudo de caso relevante para compreender as dinâmicas da formação de agenda em contextos de vulnerabilidade socioclimática no Brasil. A sua contribuição fornece considerações práticas sobre os caminhos e obstáculos para a construção de políticas climáticas que, de fato, integrem a dimensão da justiça social.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gabriel Pires de. *et al.* Justiça climática e as múltiplas dimensões de vulnerabilidades nos municípios de zona costeira: o caso de São Vicente (SP). In: GONÇALVES, L. R.; ARRUDA FILHO, M. T.; TORRES, P. H. C. (Orgs.). **Justiça climática em regiões costeiras no Brasil**. Editora Paco: Jundiaí, 2024, p. 13-44.

ABOAGYE, Prince Dacosta; SHARIFI, Ayyoob. Post-fifth assessment report urban climate planning: Lessons from 278 urban climate action plans released from 2015 to 2022. **Urban Climate**, v. 49, p. 101550, 2023.

ACSELRAD, Henri et al. O "social" nas mudanças climáticas. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5930-e5930, 2022.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DI GIULIO, Gabriela Marques et al. Mudanças climáticas, riscos e adaptação na megacidade de São Paulo, Brasil. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 2, 2017.

DIEZMARTÍNEZ, Claudia V.; SHORT GIANOTTI, Anne G. US cities increasingly integrate justice into climate planning and create policy tools for climate justice. **Nature communications**, v. 13, n. 1, p. 5763, 2022.

ERGENE, Seray; BANERJEE, Subhabrata Bobby; ERGENE, Erim. Environmental racism and climate (In) justice in the anthropocene: Addressing the silences and erasures in management and organization studies. **Journal of Business Ethics**, v. 193, n. 4, p. 785-800, 2024.

FLEURY, Lorena Cândido; MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung; TADDEI, Renzo. **Mudanças climáticas, ciência e sociedade**. Sociologias, v. 21, p. 18-42, 2019.

GUTIERREZ, Eduardo P.; FERREIRA, Leila da C. Capítulo 23: Governança Climática e Amplificação Social do Risco em Santos-SP: uma análise entre 2015 e 2022. In: IWAMA, Allan Yu; AGUILAR-MUÑOZ, Viviana; BARBI, Fabiana (Orgs.). **Riscos ao Sul: Diversidade de Riscos de Desastres no Brasil**. Edição especial Riesgos al Sur de La Red. Ubatuba, SP: Editora Isso dá um livro, 2023. E-book. ISBN 978-65-994944-3-7. 623 p. Disponível em: <<http://www.riesgosalsurbrasil.org/conteudo.html>>.

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.). Geneva, Switzerland: IPCC, 2023. Longer Report. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>>. Acesso em: 17 jun. 2025.

JACOBI, Pedro. Desafios da governança ambiental urbana face à emergência climática. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 23, n. 1, p. 9-20, 2023.

JACOBI, Pedro Roberto; SULAIMAN, Samia Nascimento. Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas. **Revista USP**, n. 109, p. 133-142, 2016.

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. v. 1, p. 219-247.



**XII**  
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS  
DESIGUALDADES SOCIAIS  
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

SULTANA, Farhana. Critical climate justice. **The Geographical Journal**, v. 188, n. 1, p. 118-124, 2021.

SULTANA, Farhana. The unbearable heaviness of climate coloniality. **Political Geography**, v. 99, p. 1-14, 2022.

WELLS, Gustavo Blanco; FUENZALIDA, María Ignacia. La construcción de agendas científicas sobre cambio climático y su influencia en la territorialización de políticas públicas: reflexiones a partir del caso chileno. **Cambio climático, movimientos sociales y políticas públicas**. Una vinculación necesaria, p. 77-104, 2013.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
**SUSTENTABILIDADE**



Financiamento:

